

Um Olhar Sobre a Práxis de Educação Ambiental: Os Projetos de Educação Ambiental Formal no Município de São Cristóvão/Sergipe

A Look at the Praxis of Environmental Education: The Projects Formal Environmental Education in the County São Cristóvão/Sergipe

Jailton Santos Silva *

Márcia Eliane Silva Carvalho **

Resumo:

A educação ambiental é uma das políticas públicas de fundamental importância na resolução da problemática ambiental, por isso deve ser avaliada buscando garantir a sua eficácia. Dessa forma, no presente trabalho avaliam-se projetos de educação ambiental desenvolvidos em escolas da rede pública de ensino de São Cristóvão/Sergipe através da elaboração e aplicação de indicadores que permitem mensurar a efetividade dessas práticas de educação ambiental no contexto escolar. A pesquisa apoiou-se em autores como Leff (2009), Reigota (2011), Roldão (2009), Tristão (2008) entre outros, e verificou que do total de onze indicadores, seis estão presentes nos projetos das escolas pesquisadas, entre eles: sensibilização, abordagem local/global e avaliação do projeto.

* Mestrando em Educação pelo PPGED/UFS. Membro do GEOPLAN – Grupo de Pesquisa em Geoecologia e Planejamento Territorial.

** Professora do Departamento de Geografia (DGE) da UFS. Possui doutorado e mestrado em Geografia pelo PPGEU/UFS. Atualmente desenvolve atividades de Pós-Doutoramento no LABO-CLIMA/UFPR.

Abstract:

Environmental education is a public policy of elementary importance in resolution of the environmental problematic, so it should be evaluated seeking to ensure its effectiveness. Thus, in this study are evaluated environmental education projects developed in public schools of São Cristóvão/Sergipe through the elaboration and application of indicators that permits measure the effectiveness of this environmental education practices in the school context. The research it was supported by authors such as Leff (2009), Reigota (2011), Roldão (2009), Tristão (2008) among others, and verified that of the total of eleven indicators, six are present in the projects of the schools researched, between them: awareness, local/global approach and evaluation of the project.

Palavras-chave:

Avaliação,
Educação Ambiental,
Formação de Professores,
Projetos de Ensino,
Indicadores

Key-Words:

Evaluation,
Environmental Education,
Teacher Training,
Teaching Projects,
Indicators

INTRODUÇÃO

Historicamente as questões ambientais tem se constituído como tema de intensos debates nos meios sociais e principalmente acadêmicos, tendo ganhado na contemporaneidade uma notoriedade cada vez maior em função dos alarmantes índices de destruição ambiental presenciados. Tal fato tem exigido um repensar das atitudes individuais e coletivas referentes ao meio ambiente, que por sua vez, está atrelada à proposição de políticas públicas eficazes na solução de tal problemática.

Diante da implementação das políticas ambientais, como a Política Nacional de Meio Ambiente, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), entre outras, surge a necessidade de avaliar se as mesmas têm atingido seus objetivos, assim como de que modo estas tem sido trabalhadas nos diversos espaços sociais. Será que a prática desenvolvida cumpre o que está prescrito por estas políticas?

Dentro desse âmbito, uma das políticas que tem fundamental importância na resolução da problemática ambiental, tem sido a PNEA, lei nº 9.795/99. Esta lei propõe a educação ambiental (EA) em dois níveis: formal e não-formal visando a sensibilização dos sujeitos sociais, buscando uma mudança de atitudes para com o ambiente em que vivem.

A educação ambiental tem se afirmado como uma alternativa de construção de uma sociedade mais justa socioambientalmente a partir do processo educativo para além da simples teoria, incorporando o viés crítico e político formativo. É apontada por alguns teóricos, a exemplo de Reigota (2011), como um novo paradigma educacional, que deve ser entendido como uma educação política que discute muito mais que os aspectos naturais, perpassando também a reflexão de processos econômicos, sociais e culturais que imprimem suas marcas na sociedade construída cotidianamente.

A educação ambiental tem buscado uma transformação social, no que se refere às posturas individuais perante o meio ambiente, somente alcançada a partir da construção de outra racionalidade ambiental, que acima de tudo seja sensibilizadora e integradora, acabando com a visão dicotômica existente entre sociedade/natureza.

Ao tratarmos da EA, cabe frisar a enorme variedade de representações sociais existentes a respeito desta temática e do próprio conceito de meio ambiente, como aponta Reigota (1998). Uma vez que pertencentes ao campo do

senso comum, as representações são definidas a partir de como os indivíduos com suas ideologias, seus preconceitos e suas características específicas de determinado momento histórico, entendem determinado objeto e a partir desse entendimento agem sobre a sua realidade.

O trabalho com os indicadores leva-nos a perceber tais representações, uma vez que, enquanto modelos utilizados para explicar uma realidade complexa, em que diversos fatores interagem e se inter-relacionam, explicitam o entendimento de determinado grupo social sobre a realidade em estudo.

Diante desse quadro, o presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa de iniciação científica desenvolvida junto ao departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe, intitulada “Representações da Educação Ambiental: seleção de indicadores desta práxis no cotidiano escolar”, que teve como objetivo analisar alguns projetos que tratam sobre a educação ambiental, desenvolvidos em escolas da rede pública de ensino no município de São Cristóvão/Sergipe, avaliando-os através da elaboração e aplicação de indicadores que permitam mensurar a efetividade dessas práticas de educação ambiental no contexto escolar.

O trabalho justifica-se pela importância da avaliação de ações de educação ambiental, pois a partir dos resultados encontrados pode-se permitir um melhor planejamento dessas ações, além disso, por trabalhar com uma metodologia ainda pouco utilizada na avaliação de programas de EA, que são os indicadores ambientais. Uma vez que: “O uso de indicadores além de respaldar tecnicamente as avaliações, permite um melhor acompanhamento dos resultados de programa e políticas pela sociedade (ROLDÃO, 2009, p.104).”

A seleção de indicadores é uma forma de avaliar se os projetos de educação ambiental implementados pelas escolas, cumprem a função essencial dessa educação voltada para a temática ambiental que contemple não somente a educação verde de forma esporádica, mas sim, uma proposta de atuação efetiva em seu espaço educativo escolar e extra-escolar, ampliando a consciência ecológica para as dimensões política e social. Dessa forma, os indicadores permitem aos órgãos responsáveis pela gestão escolar, planejar as políticas voltadas para o trato das questões socioambientais de forma mais coerente. Assim como permite as unidades escolares, elaborarem seus projetos levando em consideração os aspectos principais que fundamentam uma prática efetiva de educação ambiental.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos propostos, esta pesquisa pautou-se na análise qualitativa, cujos fenômenos não devem ser analisados isoladamente, mas sim interligados a diversos fatores, que podem estar alicerçados também em dados quantitativos. Nessa perspectiva Ludke e André (1986) apontam que a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos a partir do contato entre pesquisador e situação pesquisada, considerando a subjetividade implícita nesta relação. Diante disso, a presente pesquisa foi dividida em etapas distintas, porém relacionadas.

A primeira etapa concretizou-se a partir do levantamento teórico-metodológico que balizou as etapas posteriores. Assim, Carvalho (2012), Guimarães (1995), Leff (2009), Luckesi (1999), Reigota (2011), Roldão (2009), Tristão (2008), entre outros, forneceram o embasamento necessário para definição dos indicadores da efetividade das práticas em educação ambiental, sendo retirados da contribuição destes autores, os pontos-chave que devem permear toda a prática de EA.

Neste sentido vale considerar a subjetividade do pesquisador na escolha destes pontos-chave como um retrato de uma realidade, mas não como uma realidade inerte/imutável e que não pode ser questionado por outros pesquisadores e outras concepções de pesquisa.

Assim, tomando por base o referencial trabalhado e a PNEA foi elencado os indicadores de efetividade das práticas de educação ambiental, chegando a um total de onze indicadores.

A segunda etapa foi caracterizada pelo levantamento de dados, para qual o uso da entrevista e do questionário semi-estruturados foi fundamental para definição do recorte espacial a ser estudado.

Segundo Gressler (2007) o questionário é o instrumento mais rápido de coleta de dados, que possui grande versatilidade e não exerce grandes pressões sobre os respondentes, tendo em vista que estes podem pensar livremente em suas respostas. Já a entrevista trata-se de uma conversa com objetivo definido, usada para comprovar hipóteses, identificar variáveis, na qual o entrevistador tem a oportunidade de perceber nitidamente reações do entrevistado.

Desta forma, foram realizadas entrevistas no departamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de São Cristóvão (SEMED) e na Diretoria Re-

gional de Educação 8 (DRE 8), que é órgão integrante da Secretaria de Estado da Educação responsável pelo gerenciamento das escolas da rede estadual de ensino de São Cristóvão e outros municípios sergipanos. Nestas instituições foi realizado um levantamento da relação das escolas devidamente registradas nesses órgãos que se intitulam enquanto promotoras da Educação Ambiental. A partir desta relação disponibilizada pelos órgãos gestores, e adotando o critério da distribuição espacial, a partir do qual se buscou escolher escolas nas áreas centrais e nas zonas periféricas, foi eleita a Escola Estadual Deputado Elísio Carmelo e a Escola Municipal Raimundo Francisco dos Santos para análise das propostas de EA vigente nestas instituições.

A pesquisa de campo nestas escolas desenvolveu-se a partir do diagnóstico da realidade escolar por meio de entrevistas com as coordenações ou direções escolares. A entrevista semi-estruturada e a aplicação dos questionários aos docentes participantes do projeto de educação ambiental desenvolvido pela unidade escolar foram os métodos utilizados para avaliar os referidos projetos, analisando em seguida quais dos indicadores elencados estão presentes nos projetos realizados pelas referidas instituições. Não foi disponibilizado, pelas escolas pesquisadas, o projeto na íntegra para análise do escopo do mesmo.

Os questionários contendo perguntas objetivas e subjetivas foram analisados sob a perspectiva da análise do conteúdo proposta por Bardin (2006), a partir da qual se extraiu das respostas abertas os principais conceitos apontados pelos docentes, agrupando as respostas através da similaridade dos conceitos tratados, favorecendo a tabulação e posterior análise dos dados.

2. DA REFLEXÃO TEÓRICA À PRÁXIS COTIDIANA: PROPOSIÇÕES TEÓRICAS SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Diante de características como a especialização dentro do processo formativo e a extrema dicotomização sociedade/natureza potencializada na contemporaneidade que tem impactado significativamente a compreensão do conceito meio ambiente, a Educação Ambiental tem sido apontada como política pública fundamental na construção de outra realidade ambiental.

Para Tristão (2008, p.23) “[...] a crise ambiental não é somente uma crise ecológica e sim uma crise do pensamen-

to da civilização ocidental?”. Sendo que essa nova forma de pensar, surgida na atualidade e imposta pela crise ambiental, sugere que:

Esse é um indício de que o modelo atual é insustentável e de que estamos encontrando um outro caminho onde a razão não é a primazia do conhecimento. Então, estamos vivendo um período de rupturas, de transição paradigmática entre a visão newtoniana, cartesiana e mecanicista e uma visão sistêmica e ambiental (TRISTÃO, 2008, p.24).

A partir do que expõe Roldão (2009), entende-se política pública como o direcionamento da ação do Estado visando o bem comum, sendo a educação ambiental uma delas. Segundo essa autora, a prática de avaliar as políticas públicas no Brasil, ainda é incipiente, mas já é praticada e surge juntamente com a reforma do Estado e a modernização da gestão pública nas décadas de 80/90.

No que se refere a EA, tema central desse trabalho, de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) em seu artigo 1º, deve-se entendê-la como:

[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999).

De forma pedagógica e pautando-se na abordagem de Guimarães (1995), afirmamos que a educação ambiental pode ser entendida como uma educação que extrapola os muros da escola, envolvendo assim escola e comunidade, dentro de uma perspectiva interdisciplinar. Desenvolvida de forma contínua e permanente, a partir da identificação e questionamento dos problemas socioambientais que ocorrem no âmbito de uma escala local/global. Permite uma modificação nas atitudes dos atores envolvidos, criando, como denomina Carvalho (2012, p. 65), sujeitos ecológicos: “[...] ideal de ser que condensa a utopia de uma existência ecológica plena, o que também implica uma sociedade plenamente ecológica”.

Na perspectiva de Reigota (2011) a educação ambiental deve ser mais que a mera transmissão ou construção de conhecimentos, ela deve:

[...] desconstruir representações sociais sobre meio ambiente, desenvolvimento econômico, domínio da natureza, qualidade de vida, padrões de consumo etc. – questões (conteúdos) fundamentais da educação ambiental que podem ser feitas em qualquer disciplina (REIGOTA, 2011, p.84-85).

De acordo com Ramos (2001) a educação ambiental surge envolta pelo tenso clima da segunda metade do século XX, marcado por uma série de modificações políticas e eco-

nômicas na sociedade e aparece enquanto uma resposta aos graves problemas socioambientais que ameaçam a qualidade de vida e do planeta a partir de então. Tem como pressuposto o relatório do Clube de Roma, que torna público a necessidade de impor limites para o crescimento e desenvolvimento econômico, visto que estes, não estavam respeitando o direito da natureza e promovendo uma exploração de recursos naturais desenfreada. A partir disso, ocorre a organização dos governos para pensar o assunto, dando início as grandes conferências sobre o meio ambiente e seus problemas, sendo a primeira realizada em Estocolmo, em 1972.

Como observa Tristão (2008, p.40) “(...) desde a conferência de Estocolmo em 1972, a educação ambiental surgiu [...] como uma tentativa de reverter o quadro social e ambiental destrutivo do modelo de desenvolvimento prevalecente”. Ao se falar em modelo de desenvolvimento é importante ressaltar, como aponta Reigota (2011) que tanto o modelo capitalista quanto o socialista, são devastadores do meio ambiente, sugerindo assim, que o problema não reside no modelo, mas na racionalidade imposta por eles.

No Brasil, segundo Sanchez (1999, apud ROLDÃO, 2009) a educação ambiental só será efetivamente trabalhada a partir da década de 70, com as iniciativas da sociedade civil. Para ambos os autores, antes disso o país estava preocupado com a apropriação dos recursos naturais, uma vez que passava pela onda desenvolvimentista baseada na industrialização nascente, apoiada pelo Estado a partir dos anos 50. Neste período, algumas políticas públicas ligadas à temática ambiental ainda foram criadas, mesmo sem a presença da sociedade civil, tal como aponta Roldão (2009), mas embora com estas a preocupação na mitigação dos impactos ambientais causados pela indústria era incipiente. O direcionamento residia muito mais em atrair capital internacional para impulsionar a industrialização do país.

A mais recente conferência de meio ambiente, ocorreu no Rio de Janeiro, em junho de 2012 e ficou conhecida como a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável ou RIO + 20. Segundo expõe Guimarães e Fontoura (2012), bem como Viola e Franchini (2012), o que se verificou na conferência foi o forte poder de decisão das grandes potências –que construíram todo o seu apogeu, graças a demasiada injustiça ambiental que praticaram – para que as medidas mais coerentes com o momento ambiental atual não fossem adotadas.

Acerca do desenvolvimento sustentável, tanto Tristão (2008) quanto Leff (2009) compartilham a ideia que este emerge já na década de 80, da insatisfação da população com o modelo de desenvolvimento emergente. No entanto, tem se constituído utópico da forma como tem sido postulado, sendo mais fácil falarmos em sociedades sustentáveis que em

desenvolvimento sustentável.

Conforme aponta Leff (2009), dois princípios básicos fundam a Educação Ambiental:

- 1) Uma nova ética que orienta os valores e comportamentos sociais para os objetivos de sustentabilidade ecológica e equidade social.
- 2) Uma nova concepção do mundo como um sistema complexo levando a uma reformulação do saber e a uma reconstituição do conhecimento. Neste sentido, a interdisciplinaridade se converteu num princípio metodológico privilegiado da educação ambiental (UNESCO, 1980 apud LEFF, 2009, p.237).

Sendo assim, no trabalho com as questões ambientais a interdisciplinaridade deve ser característica primordial do fazer pedagógico, pois como bem expõe Leff (2009) pelo meio ambiente perpassa dimensões sociais, políticas, culturais e econômicas que precisam estar integradas, e dessa forma, o tratamento disciplinar não garante esta completa integração.

Ao falarmos em prática ambiental, além da interdisciplinaridade, são ainda características apontadas por autores como Guimarães (1995) e Dias (2004) a vivência do educando, pois a prática pedagógica deve considerar os hábitos culturais, assim como a realidade socioeconômica e ambiental do aluno. Além do planejamento participativo, uma vez que ele possibilita a troca de experiência entre os sujeitos e o surgimento das contradições, contribuindo para a formulação de um projeto mais coeso.

Diante do conceito de meio ambiente adotado neste trabalho - pautado na contínua interação entre o social e o natural - e da veiculação da dimensão ambiental pela sociedade, percebe-se uma diversidade de abordagens da educação ambiental.

Em uma leitura baseada em critérios como a concepção de meio ambiente, os objetivos da EA praticada, os enfoques dominantes e as estratégias para sua efetivação, Sauv  (2005) distingue quinze correntes de educa o ambiental, sendo algumas destas: a corrente naturalista que concebe o meio ambiente como sin nimo de natureza e objetiva reconstruir a liga o entre homem e natureza; corrente sist mica que concebe o meio ambiente como um sistema no qual interagem componentes biofísicos e sociais objetivando desenvolver uma visão de conjunto da realidade apreendida; a corrente científica, para qual o meio ambiente   objeto de estudos subordinado ao rigor científico como forma de estabelecer as rela es de causa e efeito da problemática ambiental. A corrente da sustentabilidade, surgida em contexto mais recente estando orientada pela ideia de desenvolvimento sustentável, na qual o meio ambiente   identificado como um recurso para o desenvolvimento econ mico que respeite os aspectos sociais e ambientais.

A autora ainda menciona a corrente crítica social, da

qual se aproxima esta pesquisa, que apoiada na teoria crítica e pautada na análise das dinâmicas sociais e econ micas que interagem e geram a problemática ambiental, busca identificar as rela es de poder (atua o efetiva ou mera encena o das políticas públicas e dos sujeitos sociais que as executam) que perpassam a efetiva o das práticas de EA e concebe o meio ambiente como lugar de emancipa o dos sujeitos, valorizando a forma o político - crítica e atuante em sociedade: o verdadeiro significado de ser cidadão.

Outras correntes são apresentadas por Sauv  (2005) que alerta para o fato dessas, englobar uma diversidade de proposi es, podendo uma proposta de EA, está englobada em mais de uma corrente. Assim, não significa afirmar que a distin o dessas correntes são totalmente excludentes, mas que possuem inter-rela es. Revela-se, portanto, que não existe uma única corrente de EA correta e sim uma diversidade de proposi es de acordo com os contextos em que se efetivam e seus respectivos objetivos.

Em termos legais no Brasil, a Política Nacional de Educa o Ambiental, usada neste artigo para conceituar a educa o ambiental e que estrutura o sistema nacional de Educa o Ambiental, funciona como uma carta de recomenda es, sendo que em matéria de financiamento das a es de Educa o ambiental, a legisla o não deixa claro de onde virão os recursos financeiros.

Em apontamento realizado pelos autores Lipai, Layrargues e Pedro (2007, p.29), os mesmos afirmam que "[...] não consta na lei qualquer dispositivo que comprometa os governos com as condi es financeiras, institucionais, organizacionais e participativas para a implementa o da PNEA."

Diante desse arcabouço conceitual já desenvolvido, percebemos que a proposi o de indicadores para avalia o de projetos de educa o ambiental   uma tarefa desafiadora, uma vez que o campo da EA abrange uma realidade complexa.

A partir do que expõe Roldão (2009), indicadores e avalia o estão estreitamente interligados, visto que, através do uso de indicadores permite-se a avalia o de determinado tema tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo.

Já de acordo com o que propõe Guerra (1993, apud TOMAZELLO e FERREIRA, 2001, p.204) a avalia o seria:

[...] como um processo de diálogo, compreensão e melhoria de programas educativos, já que ela interroga pelo seu valor educativo, sua importância, exigências e significados e se estabelece como um meio de entendê-los e melhor -los. Para o autor, a avalia o deve ser independente, não neutra; o avaliador deve ser imparcial, mas não asséptico. A avalia o deve ser qualitativa e tem por objetivo melhorar os programas através de sua compreensão, do conhecimento de sua natureza e resultados.

Luckesi (1999) aponta três elementos relevantes para entender e promover a prática avaliativa: o primeiro é que esta é um juízo de valor, o segundo é que o julgamento é feito com base em características relevantes da realidade e o terceiro é que ela permite uma tomada de decisão.

Diante do exposto, de acordo com Roldão (2009) a avaliação dos projetos e/ou ações dos programas de EA é algo indispensável, mas que ainda não foi incorporada pela cultura governamental.

Tomazello e Ferreira (2001) ainda no que se refere à avaliação, chamam atenção para a dificuldade em avaliar projetos de EA. Para essas autoras, é muito difícil avaliar tais atividades por se tratar de uma realidade complexa, e por isso os temas e os objetivos definidos para elas, são de uma abrangência muito grande.

De acordo com Tomazello e Ferreira (2001, p.200) apoiadas em Tarin (1994):

[...] se adotarmos processos de avaliação mais rígidos e quantitativos, correremos o risco de prescindir de elementos que caracterizam a educação ambiental. A avaliação utilizada na escola tradicional não se adequa a esta nova visão de realidade ambiental, portanto necessitamos não só de novas práticas educativas como de um novo modelo de avaliação.

Segundo Tomazello e Ferreira (2001) citando Diaz (1995) o processo avaliativo em educação ambiental dá-se em três dimensões: alunos, onde se focará as questões relativas às atitudes e comportamentos; os professores, em que a ênfase será dada na análise do desenvolvimento de novas competências, tais como o trabalho inter e/ou transdisciplinar; e o projeto educativo, em que a análise se debruçará nas várias partes que o compõe, tais como objetivos, metodologia e avaliação.

Sendo assim, a proposição de indicadores é uma das formas possíveis de avaliação dos projetos de educação ambiental desenvolvidos nas redes de ensino, assim como nos demais espaços.

Roldão (2009) observa que na aplicação de indicadores como forma avaliativa é fundamental que os aspectos conceituais assim como os objetivos de determinado tema ou política pública, estejam claros. Visão corroborada por Luckesi (1999) que aponta que para avaliar é necessário definir e tornar claro, quais os indicadores e padrões mínimos a serem atingidos.

A partir das leituras realizadas em Guimarães (1995), Tristão (2008), Leff (2009) e na lei 9.795/99 foram selecionados pontos-chave considerados como fundamentais para a implementação da EA. Assim, tais pontos foram considerados como indicadores para avaliar a efetividade da EA: interdisciplinaridade, sensibilização, vivência do educando, integração sociedade/natureza, associação teórico-prática,

subjetividade no processo de ensino-aprendizagem, abordagem local/global, projeto permanente, promoção da sustentabilidade, planejamento participativo e avaliação do projeto.

Estes pontos-chave, apontados pelos autores supracitados que discutem a efetivação da EA, foram então elencados como indicadores. Vale ressaltar que a subjetividade do pesquisador é inerente neste processo, visto que na abordagem qualitativa são tomados critérios na definição dos referidos indicadores, que podem ou não, ser considerados por outro pesquisador, a depender das suas concepções de pesquisa e momento histórico no qual esteja inserido.

Para o referido momento, estes indicadores foram utilizados como parâmetros para análise dos projetos de EA desenvolvidos nas escolas da rede pública de ensino de São Cristóvão/SE, pois a partir da utilização desses na análise dos projetos de educação ambiental foi possível avaliar como estas práticas tem sido desenvolvidas no cotidiano da escola, o que pode possibilitar avançar no sentido de uma tomada de decisão.

3. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS INDICADORES NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE SÃO CRISTÓVÃO/SERGIPE

Do total de 42 escolas municipais em São Cristóvão, apenas quatro (9,52%) apresentam projetos de EA cadastrados na SEMED. Na rede estadual, todas as escolas desenvolvem projetos de EA, conforme quadro 01 referentes às escolas promotoras de EA no município.

Quadro 01 – Escolas da rede pública de São Cristóvão promotoras da educação ambiental.

Escolas da rede pública de São Cristóvão	
Estadual	Municipal
Colégio Estadual Pe. Gaspar Lourenço	Escola Municipal João Francisco de Andrade
Colégio Estadual Profª Glória Portugal	Escola Municipal Raimundo Francisco dos Santos
Escola Estadual Profª Olga Barreto	Escola Municipal Francisco da Costa Batista
Escola Estadual Paulo Sarasate	Escola Municipal Adilma Lima
Escola Estadual Armindo Guaraná	-
Escola Reunida Profª Neyde Mesquita	-
Escola Estadual Prof. Manoel P. de O. Teles	-
Escola Estadual Luiz Guimarães	-
Escola Estadual Profª Normélia Araújo Melo	-
Escola Reunida Vitória Miranda	-
Escola R. Povoado Feijão	-
Escola R. Povoado Cabrita	-
Escola R. Rita Cacete	-
Escola R. Adelaide Garcez C. Barreto	-
Escola Estadual Dep. Elísio Carmelo	-
Escola Estadual Capitão Manoel Batista	-
Colégio Estadual Prof. Hamilton Alves Rocha	-

Fonte: Atividade de Campo – SEMED e DRE 8 (2014). Elaboração: SILVA (2014).

Na rede estadual, que segundo a DRE 8, todas as instituições educativas desenvolvem a educação ambiental no

ambiente escolar, constatou-se a partir da pesquisa de campo nas referidas escolas, que algumas desenvolveram ações isoladas e pontuais por um determinado período de tempo, de tal modo que estas ações não se configuram como um projeto contínuo e permanente de educação ambiental, como aponta teóricos do campo e a própria PNEA.

Deve-se destacar que tais ações isoladas também são importantes para sensibilização dos atores sociais, no entanto descumprem o caráter permanente da educação ambiental presentes nos documentos oficiais. Algumas dessas escolas ao serem visitadas afirmaram não existir no seu cotidiano nenhum projeto ou ação contínua de EA, o que pode suscitar que há a necessidade de aproximação e diálogo permanente entre o órgão gestor e as escolas de educação básica nesse município.

A partir da relação acima apresentada, elegeu-se através do critério da distribuição espacial, a Escola Municipal Raimundo Francisco dos Santos e a Escola Estadual Dep. Elísio Carmelo para análise do projeto de EA desenvolvido. Ambas situam-se na área urbana, sendo a primeira em um distrito periférico do município, conhecido como Luiz Alves e a segunda no centro da cidade de São Cristóvão, conforme representado na figura 01.

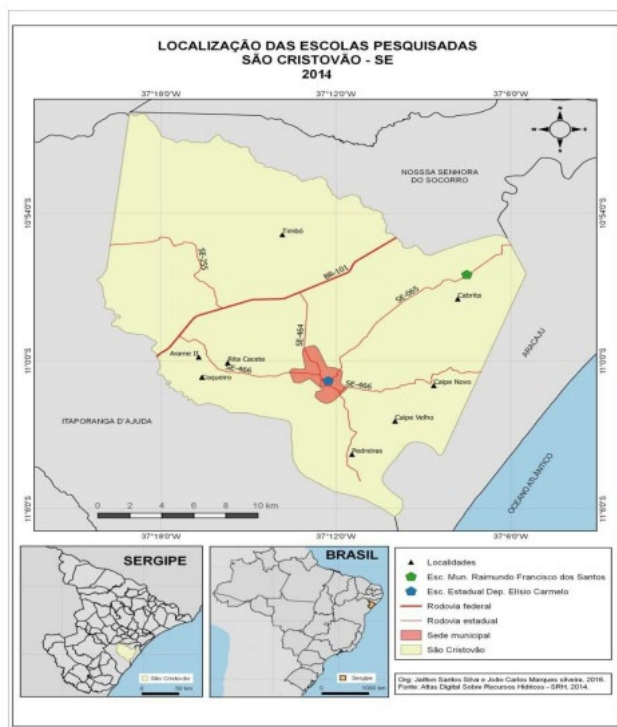


Figura 01- Localização das escolas pesquisadas
Fonte: Atlas Digital da SRH, 2014. Elaboração: SILVA e SILVEIRA (2016).

Com base no diagnóstico levantado, constatou-se que as escolas, apresentam três turnos de funcionamento e rece-

bem alunos das mais diversas localidades do município de São Cristóvão, tanto da área urbana como da rural. A Escola Municipal Raimundo Francisco dos Santos, trabalha com Educação Infantil, Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e Educação Inclusiva, e possui em sua matriz curricular uma disciplina intitulada Educação Ambiental e Patrimonial, na qual trata com maior ênfase as questões ambientais. A Escola Estadual Deputado Elísio Carmelo, não possui prédio próprio, e encontra-se em um prédio adaptado, trabalhando com o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, Ensino Médio e EJA.

As duas escolas apresentam alguns ambientes extra-classe, como: laboratório de informática, biblioteca e pátio, assim como alguns recursos didáticos disponíveis ao professor, como data-show, computadores, aparelho de som, entre outros. Apresentam um quadro docente que totaliza 40 professores e estão envolvidas com vários programas governamentais, tais como: PDDE, PDE escola, PROFIN e Mais Educação .

A partir da aplicação dos questionários a 10 docentes das instituições eleitas, constatou-se que a maioria apresenta entre 11 e 20 anos de experiência docente conforme figura 02. Estes profissionais ministram várias disciplinas como geografia, química e biologia, estando todos envolvidos com o projeto de EA desenvolvido pela escola. Destes, 80% possui pós-graduação em nível de especialização, 10% em nível de mestrado e 10% de doutorado.

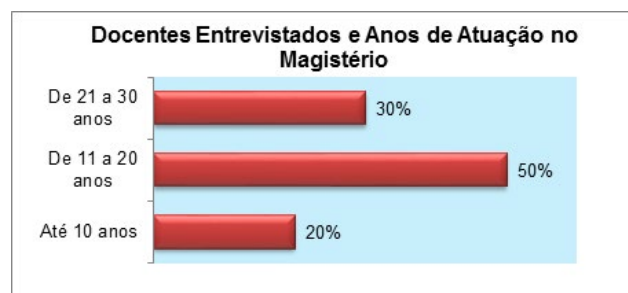


Figura 02 – São Cristóvão: docentes entrevistados e anos de atuação no magistério
Fonte: Questionários. Elaboração: SILVA (2014).

Metade dos docentes ensina em outra rede de ensino, e a maioria apresenta carga horária semanal de trabalho superior a 25 horas. A análise dos questionários demonstrou que ocorrem reuniões para a elaboração, implementação e avaliação do projeto de EA desenvolvido pela escola, sendo que quando questionados sobre a definição de educação ambiental as respostas pautaram-se nos quatro eixos apresentados na figura 03.

Nota-se que para 87,5% dos docentes a EA é definida a partir dos termos sensibilização, conscientização e conser-

vação, revelando a importância da EA no discurso docente.

A utilização destes termos leva-nos a considerar a importância da formação continuada na carreira docente, assim como as concepções de educação ambiental que estão sendo vinculadas na educação básica, que na maioria das vezes está atrelada as correntes conservacionista/recursista que compreende o meio ambiente enquanto um recurso, estando centrada na idéia de gestão ambiental e cujos programas de EA são pautados nos “R” (refletir, recusar, reduzir, reutilizar, reciclar). Ou ainda a corrente resolutiva, na qual o meio ambiente é considerado como um conjunto de problemas, tendo a EA o objetivo de criar habilidades para a resolução desses problemas a partir do diagnóstico e da ação (SAUVÉ, 2005).

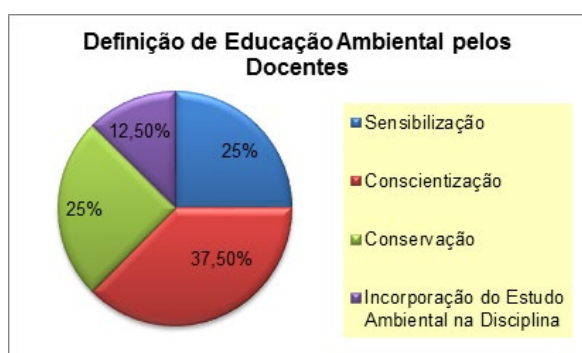


Figura 03 – São Cristóvão: definição de EA pelos docentes. Fonte: Questionários. Elaboração: SILVA (2014).

Além disso, nos faz refletir acerca da formação de professores que ainda continuamos a praticar, marcada pela fragmentação do saber e na qual como expõe Tristão (2008) muitos cursos ainda tratam a dimensão ambiental de forma fragmentada sem articulação com os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais como propõem a educação ambiental.

No caso das escolas pesquisadas, constatou-se que a oferta de formação continuada em EA por parte da Secretaria de Educação, de acordo com 75% dos docentes, não acontece. Nesta perspectiva, entendemos que tais cursos devem ser ofertados para todos os docentes sem predestinação de área do conhecimento, e garantidos pelas redes, uma vez que diante da desvalorização salarial, esperar que tais profissionais por si só busquem as capacitações, se configura como um entrave à sua ocorrência.

Segundo os docentes de São Cristóvão, o desenvolvimento da EA nas escolas ocorre principalmente através dos projetos, que envolve todos os professores, sendo desenvolvido todos os anos conforme aponta 80% dos entrevistados. Estes professores afirmam trabalhar a EA, de forma multidisciplinar, sendo descrito pelos mesmos, que com a implan-

tação dos projetos de jardinagem e horta escolar, na Escola Raimundo Francisco dos Santos e do projeto “Amostra ambiental” da Escola Estadual Deputado Elísio Carmelo, que tem como temas geradores o lixo, a água, a alimentação, a energia e a reciclagem, foi perceptível uma mudança no comportamento da comunidade escolar, expressa principalmente através do cuidado com o descarte do lixo em locais adequados e na valorização do ambiente.

Dessa forma, os projetos trabalham com os problemas locais, nacionais e mundiais que afetam a sociedade contemporânea, sobressaindo entre esses problemas, o trabalho com a ‘problemática do lixo’, mas também das enchentes, poluição e desmatamento.

Na Escola Raimundo Francisco dos Santos, o projeto é desenvolvido a partir de uma horta suspensa e de um jardim escolar, construídos através do trabalho com a compostagem de materiais. Além das parcerias com órgãos como a Embrapa, que realiza palestras e contribui com as aulas de campo. Para os professores e para a coordenação da escola o projeto surte um efeito positivo, pois através desse trabalho, o jardim inicial plantado não foi destruído, e a lixeira presente no entorno da escola desapareceu. Na Escola Estadual Deputado Elísio Carmelo o projeto é desenvolvido a partir de um tema gerador a cada ano, sendo realizada uma série de atividades relacionadas à temática e dirigidas pelos professores de biologia. Os demais professores auxiliam na execução através do tratamento da temática em sua disciplina e da participação nas aulas de campo. O projeto culmina com a apresentação do material produzido durante o ano pelos alunos em uma amostra.

Todos os docentes afirmam que o projeto é avaliado durante sua execução, fazendo parte da avaliação, os professores, a coordenação e a equipe pedagógica, não sendo mencionada em nenhum momento pelos docentes da escola estadual, a figura do aluno enquanto sujeito participante do projeto, cuja ação volta-se para ele e do qual ele deve ser sujeito ativo visando gerar uma aprendizagem significativa dos valores e posturas propostas pela EA.

Ao serem questionados sobre os atores que faziam parte do planejamento e execução dos projetos 40% dos docentes apontaram a equipe diretiva e os professores, outros 40% a comunidade escolar, 10% apontaram ainda a equipe escolar e outros 10% somente a figura dos professores.

As maiores dificuldades identificadas para a realização do projeto são a ausência de materiais e de suporte financeiro. Além da dificuldade em trabalhar uma única temática a partir das perspectivas disciplinares diferenciadas, o que pressupõe uma dificuldade para o trabalho interdisciplinar. Além disso, estes professores afirmam que trabalham com a EA, por esta ser um tema internacional, representar qualidade de vida, ser

importante para a preservação ambiental, como apontado na figura 04.

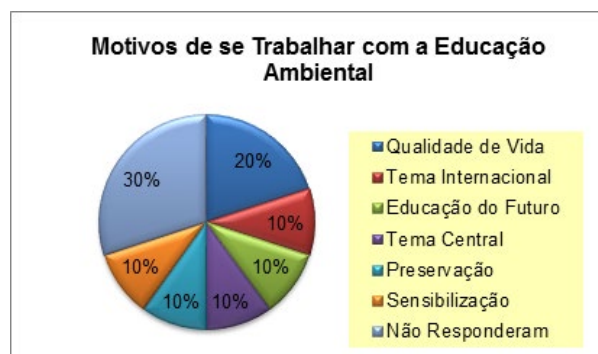


Figura 04 – São Cristóvão: motivos de se trabalhar com a EA. Fonte: Questionários. Elaboração: SILVA (2014).

A partir dos onze indicadores elencados para avaliar a efetividade dos projetos de EA em análise, que tomam por base os princípios norteadores de uma prática efetiva neste campo, podemos verificar conforme quadro 02, que em São Cristóvão, seis deles foram identificados no desenvolvimento dos projetos das escolas analisadas, sendo estes: a sensibilização, a vivência do educando, integração sociedade/natureza, Abordagem local/global, promoção da sustentabilidade e avaliação do projeto.

Quadro 02: Aplicabilidade dos indicadores de Educação Ambiental na rede pública de ensino.

SÃO CRISTÓVÃO: aplicabilidade dos indicadores		
INSTITUIÇÃO	E. M. Raimundo Francisco dos Santos	E. E. Dep. Elísio Carmelo
INDICADORES		
Interdisciplinaridade	- ³	-
Sensibilização	X	X
Vivência do educando	X	X
Integração sociedade/natureza	X	X
Associação teórico-prática ⁴	-	-
Subjetividade no processo de ensino aprendizagem ⁵	-	-
Abordagem local/global	X	X
Projeto permanente	- ⁶	X
Promoção da sustentabilidade	X	X
Planejamento participativo	X	-
Avaliação do projeto	X	X

Elaboração: SILVA (2014)

A partir das análises, percebeu-se que o indicador interdisciplinaridade, apontado pelos teóricos como de suma importância na prática ambiental, não foi constatado em nenhuma das escolas, mas sim a proposta multidisciplinar. Como expõe Tristão (2008, p.210) a “[...] mera justaposição de conteúdos entre disciplinas diferentes ou integração de conteúdos numa mesma disciplina” não se constitui na interdisciplinaridade, mas no trabalho multi ou pluridisciplinar.

A ideia de interdisciplinaridade de acordo com Carvalho (2012) é de um espaço de abertura que favorece a troca de saberes e conhecimentos entre as diversas disciplinas, criando a possibilidade de entendimento da realidade a partir de um marco conceitual comum. Para esta autora:

A interdisciplinaridade, por sua vez, não pretende a unificação dos saberes, mas deseja a abertura de um espaço de mediação entre conhecimentos e articulação de saberes, no qual as disciplinas estejam em situação de mútua coordenação e cooperação, construindo um marco conceitual e metodológico comum para a compreensão de realidades complexas (CARVALHO, 2012, p.121).

Por sua vez, a multidisciplinaridade refere-se a justaposição das diferentes disciplinas que colaboram no estudo de determinada temática, sem contudo romper seus limites disciplinares. De acordo com Carvalho (2012):

O conceito de multidisciplinaridade diz respeito à situação em que diversas disciplinas, com base em seu quadro teórico-metodológico, colaboram no estudo ou tratamento de dado fenômeno. Os limites disciplinares são mantidos e não se supõe, necessariamente, a integração conceitual ou metodológica das disciplinas no âmbito de um novo campo do conhecimento. É mantida, assim, a lógica da justaposição ou adição de disciplinas (CARVALHO, 2012, p.121).

A partir do contato com essas escolas e ao analisar os questionários aplicados, verificou-se que os próprios docentes afirmaram trabalhar de forma multidisciplinar, ou entenderem a educação ambiental como a incorporação da dimensão ambiental na disciplina que leciona, o que reflete uma atuação disciplinar e individualizada de cada professor, existindo um trabalho coletivo apenas na culminância do projeto.

Cabe frisar que para maior exatidão em tal informação, é necessário um maior tempo de acompanhamento dos projetos e escolas, além da averiguação de como entendem e definem a interdisciplinaridade os docentes dessas unidades escolares.

Nesta perspectiva, podemos afirmar que o trabalho interdisciplinar ainda é um desafio para os professores no cotidiano escolar. Devido uma série de fatores, como: o próprio processo de formação dos professores que acontece de forma fragmentada, com um conhecimento parcelar fundamentado em disciplinas isoladas, que na maioria das vezes não buscam o diálogo com outras áreas. O que acaba criando um individualismo, que se reproduz na escola, através da dificuldade dos professores em sentar e pensar de forma coletiva, acontecendo muitas vezes o inverso, querendo cada um impor a visão do campo científico a que pertence.

Além disso, outro agravante para que este trabalho não se efetive é a disponibilidade de horários, uma vez que como foi constatado na pesquisa, na carreira docente a maio-

ria dos professores acabam por necessidade, tendo dois ou até três vínculos empregatícios para que assim consigam ter uma qualidade de vida estável.

O indicador projeto permanente, foi identificado apenas na Escola Estadual Deputado Elísio Carmelo, uma vez que na Escola Municipal Raimundo Francisco dos Santos, o projeto coordenado pela direção e coordenação da escola, encontrava-se em fase de implantação, tendo ações desde 2013 para a construção de um jardim e uma horta escolar.

Já o indicador planejamento participativo é constatado apenas na escola municipal, visto que entendemos por planejamento, todo processo de construção, implementação e avaliação do projeto, entendimento também apresentado por Guimarães (1995); e por participativo, que todos os atingidos pelo projeto devam estar envolvidos em todo o processo e não apenas na implementação. Sendo assim, a verificação do aluno como ator não avaliador na escola estadual, permite-nos afirmar a inexistência desse indicador em tal escola.

No que diz respeito a sensibilização, esta é identificada a partir do relato das novas posturas adotadas devido o projeto. Além de ser o objetivo primordial deles, uma vez que a tão buscada mudança de atitude somente ocorrerá a partir desse indicador. Já os indicadores vivência do educando e abordagem local/global é identificado a partir das observações de Guimarães (1995), segundo as quais:

A Educação Ambiental se realizará de forma diferenciada em cada meio para que se adapte as respectivas realidades, trabalhando com seus problemas específicos e soluções próprias em respeito à cultura, aos hábitos, aos aspectos psicológicos, as características biofísicas e socioeconômicas de cada localidade. Entretanto, deve-se buscar compreender e atuar simultaneamente sobre a dinâmica global; ou seja, as relações que aquele ecossistema local realiza com os ecossistemas vizinhos e com o planeta Terra como um todo, e também as relações políticas e econômicas daquele local com o exterior, para que não haja uma alienação e um estreitamento de visão que levem a resultados pouco significativos; ou seja, agir consciente da globalidade existente em cada local (GUIMARÃES, 1995, p.37).

De modo geral, percebemos que em São Cristóvão há um equilíbrio quanto ao número de indicadores identificados nas escolas pesquisadas, ambas com um índice de 63,6%. No entanto, é necessário a incorporação e aprimoramento de indicadores como interdisciplinaridade, dada sua importância para o entendimento da realidade complexa e multifacetada do mundo globalizado. Bem como do planejamento participativo, uma vez que este é condição para criação de uma EA crítica e emancipatória.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas percebe-se que a edu-

cação ambiental enquanto política pública vigora desde a década de 90, no entanto, a sua prática entre as instituições escolares precisa ser ampliada e efetivada a partir da atenção aos contextos socioambientais locais, tendo em vista que o seu desenvolvimento ainda é uma realidade escassa. Nesse sentido é preciso implementar as ações de educação ambiental e avaliar com a comunidade local os efeitos, buscando alcançar os resultados esperados.

Nesta tarefa de avaliação foram elencados indicadores para analisar a efetividade das ações de EA, que pôde expor as fragilidades e potencialidades presentes nos referidos projetos de EA, bem como em quais aspectos os projetos se conectam à teoria proposta pelos mais diversos autores que tratam desta temática. Se consolidando dessa forma como útil para o entendimento dos princípios fundamentais que embasam as práticas de educação ambiental e inclusive para o planejamento e organização de ações de educação ambiental por parte dos sujeitos que trabalhem nos órgãos gestores da educação de São Cristóvão.

Vale ressaltar que mesmo em meio as dificuldades na implementação dos projetos, as escolas pesquisadas preocupam-se com a formação cidadã visto que buscam sensibilizar seus alunos sobre a nossa responsabilidade na conservação do meio ambiente. Apesar das dificuldades existentes, essas procuram construir uma reflexão e sensibilização para as questões socioambientais na sua comunidade escolar. Nesse sentido, o trabalho com os indicadores como forma avaliativa, possibilitou expor as fragilidades desses projetos, o que cria a oportunidade de melhoria dos mesmos, contribuindo para o crescimento das escolas e das práticas ambientais nelas desenvolvidas.

Cabe salientar que outras escolas podem desenvolver ações desta natureza, no entanto não se encontram devidamente registradas nas respectivas secretarias. Com a proposição dos indicadores elencados, torna-se acessível aos interessados pelo tema da EA, os principais aspectos que devem ser contemplados nos projetos a serem formulados nas diversas redes de ensino.

A partir da pesquisa, constatou-se a importância da formação continuada para os profissionais que trabalham com esta temática, principalmente os professores, que atuam de forma direta com os alunos na concretização desses projetos. Bem como os projetos desenvolvidos têm enfatizado o trabalho com as problemáticas ambientais locais, propiciando ao aluno refletir sobre a sua realidade socioambiental. Apesar disso, cabe frisar que algumas ações precisam ser aprimoradas no desenvolvimento dos projetos, tal como o trabalho interdisciplinar.

A pesquisa teve como foco de análise o entendimento dos docentes sobre EA e a existência dos projetos nas escolas

de São Cristóvão. Os alunos, que correspondem a terceira dimensão da avaliação da EA proposta por Tomazello e Ferreira (2001) devem ser foco de estudos mais aprofundados e que visem dar suporte às políticas públicas de efetivação da EA nas referidas escolas e no contexto estadual.

Enfim, como Leff (2009) destacamos que a base para mudanças ambientais perpassam por alterações profundas no contexto econômico global, aliado ao estabelecimento da educação ambiental formal e informal e sua interação com fatores de ordem cultural, política e social locais. A alteração da estrutura global depende da modificação do lugar, a partir da criação das sociedades sustentáveis como aponta Tristão (2008). Neste processo, a escola o professor e a educação são um dos caminhos indutores para a transição à sustentabilidade. No entanto, devemos concordar que a garantia da sustentabilidade perpassa por mudanças mais amplas e que extrapolam os muros da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2006.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Nº 9.795, de 27 de Abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília: DF, Diário Oficial da União, 28 de abril 1999.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9ª ed. São Paulo: Gaia, 2004.
- GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- GUIMARÃES, Roberto; FONTOURA, Yuna. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **EBAPE.BR**, v.10, n.3, p.508-532, set. 2012. Disponível em: <http://biblioteca-digital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/viewFile/5477/419> Acesso em: 09 out 2013.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. IN: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza (Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009, p.11-31.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução Lúcia Mathild Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- LIPAI, Eneida Maekawa; LAYRARGUES, Philippe Pomier; PEDRO, Viviane Vazzi. Educação ambiental na escola: ta na lei... In: MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (coord.). **Vamos Cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: 2007, p. 23-32.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **A Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MENDONÇA, Francisco. Geografia socioambiental. IN: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. 1ª ed. rev. Curitiba: Ed. da UFPR, 2009, p.121-144.
- RAMOS, Elisabeth Christmann. A educação ambiental: origens e perspectivas. **Educar**. n.18, 2001. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/educar/article/view/32824/20808> Acesso em: 03/09/2013.
- REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. **A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ROLDÃO, Luciana Barros. **Proposta de indicadores de avaliação em educação ambiental: uma reflexão sobre o programa de educação ambiental portuária a partir da linha de ação educação ambiental portuária no contexto do ensino formal**. 2009. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande, RS, Universidade Federal do Rio Grande, 2009.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. IN: SATO, Michéle; CARVALHO, Isabel Cristina Moura (Orgs.). **Educação ambiental**. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 16-45.

TOMAZELLO, Maria Guiomar Carneiro; FERREIRA, Tereza Raquel das Chagas. Educação Ambiental: que critérios adotar para avaliar a adequação pedagógica de seus projetos?. **Ciência e Educação**, v.7, n.2, p.199-207, 2001. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ciedu/v07n02/v07n02a05.pdf> Acesso em: 13 nov. 2013.

TRISTÃO, Martha. **A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes**. 2ª ed. São Paulo: Anablume, 2008.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías. Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. **Cad. EBAPE.BR**, v.10, n.3, p.470-491, set. 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/viewFile/5475/4197> Acesso em: 09 out 2013.

Notas de Fim:

1- A concepção de meio ambiente adotada neste trabalho está pautada na perspectiva socioambiental, que compreende este conceito como integrador de diversas dimensões para além da natural, englobando também as esferas sociais, econômicas, políticas e culturais, em constante interação (LEFF, 2009; MENDONÇA, 2009; LAYRARGUES, 2009).

2- *PDE Escola – Plano de Desenvolvimento da Escola*. É um programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e destinado a auxiliar as escolas públicas a melhorar a sua gestão. Fonte: <http://pdeescola.mec.gov.br/>

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola. Consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do distrito federal e as escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12320

Programa Mais Educação – constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias [...]. Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16689&Itemid=1115

PROFIN – Programa de Transferência de Recursos Financeiros. De iniciativa Estadual, é um programa criado para descentralizar os recursos financeiros visando a melhoria da qualidade do ensino nas escolas que integram a rede pública estadual. Fonte: <http://www.seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=2851&Mes=6&Ano=2008>

3- Indicador não encontrado na escola (-).
Indicador encontrado na escola (X).

4- Para a identificação deste indicador é necessário um maior tempo de acompanhamento dos projetos nas escolas, o que se tornou inviável devido o prazo de duração da pesquisa.

5- Para a identificação deste indicador é necessário um maior tempo de acompanhamento dos projetos nas escolas, o que se tornou inviável devido o prazo de duração da pesquisa.

6- O projeto não se caracteriza como permanente, pois estava em processo de implantação.

Correspondência dos autores:

Jailton Santos Silva

e-mail: jailton.santossilva@yahoo.com.br

Márcia Eliane Silva Carvalho

e-mail: marciacarvalho@ufs.br

Artigo recebido em: 17/04/2015

Revisado pelo autor em: 23/04/2016

Aceito para publicação em: 11/10/2016
